

Working paper



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

6th International
Conference of
the BRICS
Initiative for
Critical Agrarian
Studies

Cadernetas Agroecológicas

Relações de trabalho, cultura e gênero no movimento agroecológico

Andréia Anschau; Marcela Vecchione Gonçalves

November, 2018



Cadernetas Agroecológicas: relações de poder, gênero e resistência no movimento agroecológico
by Andréia Anschau (UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (UFPA)

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília - UnB
Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl Website:

www.iss.nl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org Website:

<http://www.future-agricultures.org/>

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEPA

Moscow, Russian Federation

E-mail: information@ranepa.ru Website:

www.ranepa.ru

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China

E-mail: yejz@cau.edu.cn

Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Transnational Institute
The Netherlands

E-mail: tni@tni.org Website: www.tni.org

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)

University of the Western Cape
Cape Town, South Africa

E-mail: info@plaas.org.za Website:

www.plaas.org.za

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil

E-mail: terradedireitos@terradedireitos.org.br

Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

Com o advento da Revolução Verde foi dada prioridade para a monocultura de larga escala, resultando em precarização da agricultura camponesa. Esse processo modernizador apresenta um viés de exclusão de pequenos produtores, que não ultrapassam barreiras para a entrada de seus produtos, geradas por custos de transição, dado o uso intensivo de maquinários, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Sendo assim, gera exclusão e marginalização daqueles não integrados ao modelo dominante de produção, não sendo o tipo de desenvolvimento gerado inclusivo e justo para os povos do campo. Tal desenvolvimento provocou consequências e efeitos distintos na região do Nordeste Paraense, sendo hoje seu tecido socioespacial resultado de ocupação irregular, que acompanhou a primeira etapa de colonização agrícola na Amazonia, mais recentemente sofrendo com a ação de mineradoras e a expansão da cultura de soja, que provoca expulsões e exclusões dos sistemas produtivos que envolvem a população local, em esquemas de sobreposição de modos de uso da terra. A agroecologia tem sido apontada como solução para conflitos na região, tendo suas bases de reprodução na solidariedade, inclusão social e relações de equidade, com ênfase no papel da mulher na reprodução dos sistemas produtivos locais. Como forma de evidenciar isso, é criada a caderneta agroecológica, tornando visível a produção realizada nos quintais pelo trabalho das mulheres, visibilizando o produtivo não (ou pouco) remunerado - voltado ao autoconsumo, à troca, à doação e à venda. As cadernetas agroecológicas sinalizam que o modo de organização social agroecológico se constrói rompendo a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, promovendo visibilidade do trabalho tido como "doméstico". Este artigo reflete sobre alguns dos resultados de produção sistematizados pelas cadernetas de mulheres de comunidades no Nordeste paraense. O foco está em como as cadernetas agroecológicas evidenciam a articulação do trabalho e da renda - enfatizando formas de quantificação e qualificação diferentes do modelo presente na economia mainstream - em um ambiente de conflitos latentes, promovendo possibilidades de construção social em torno dessa articulação.

Keywords

Agroecologia; Gênero; Trabalho; Renda; Cadernetas Agroecológicas.

1. Introdução

O modelo agrícola associado à Revolução Verde tem se mostrado eficaz no aumento da produção de commodities brasileiras, na parcela de participação do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações e, também, para as indústrias do agronegócio e o sistema financeiro. Além disso, houve aumento efetivo dos estoques mundiais de alimentos. Contudo, a ideia de transformar a agricultura em uma linha de produção fordista trouxe, também, inúmeras externalidades negativas, principalmente nas esferas social e ambiental, e não solucionou os problemas da fome e da insegurança alimentar - pelo contrário, os agravou. A mercantilização da produção agrícola aos níveis atuais fez com que os produtos resultantes da mesma produção deixassem de ser alimento, tornando-se commodities.

Somado a isso, a ocupação irregular do Nordeste Paraense levou a um processo demorado de demarcação de terras indígenas e quilombolas, sendo latentes os conflitos e as contradições existentes entre fazendeiros, madeireiros, agricultores familiares, populações indígenas, populações quilombolas e mineradoras. Este processo de modernização provocou consequências e efeitos distintos na região do Nordeste Paraense, sendo hoje seu tecido socioespacial resultado de ocupação irregular, que acompanhou a primeira etapa de colonização agrícola na Amazonia, ainda nas décadas de 50 e 60. Mais recentemente, a ação de mineradoras e a expansão da cultura de soja, o monocultivo de eucalipto e a pecuária de larga escala também tem cortado espacialmente a região, provocando expulsões e exclusões dos sistemas produtivos que envolvem a população local, em esquemas de sobreposição de modos de uso da terra. A agroecologia tem sido apontada como solução para conflitos na região, tendo suas bases de reprodução científica e prática na solidariedade, inclusão social e relações de equidade, com ênfase no papel da mulher na reprodução dos sistemas produtivos locais, encontrando suas bases de reprodução na vida cotidiana e nos espaços de troca e cultivo. As cadernetas agroecológicas sinalizam que o modo de organização social agroecológico se constrói rompendo a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, promovendo maior visibilidade do trabalho tido como "doméstico". Este artigo pretende refletir sobre alguns dos resultados de produção sistematizados pelas cadernetas agroecológicas de mulheres de comunidades no Nordeste paraense. O foco está em entender como as cadernetas agroecológicas evidenciam a articulação do trabalho e da renda - enfatizando formas de quantificação e qualificação diferentes do modelo presente na economia mainstream - em um ambiente de conflitos latentes, promovendo possibilidades de restauração da terra e de articulação social em torno da coletividade da mesma terra.

A caderneta busca por meio da monetarização da produção realizada nos quintais, dar maior visibilidade ao trabalho, principalmente o produtivo não (ou pouco) remunerado - voltado ao autoconsumo, à troca, à doação e à venda. E, por ser voltada ao autoconsumo, tem papel fundamental na soberania alimentar, garantindo a libertação dos corpos em relação à dependência alimentar externa, bem como a segurança alimentar.

As cadernetas agroecológicas sinalizam que o modo de organização social agroecológico se constrói rompendo com a hegemonia, porque há uma menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, bem como uma maior visibilidade do trabalho doméstico. Dessa forma, o presente trabalho busca responder o seguinte questionamento: como as cadernetas agroecológicas evidenciam a articulação do trabalho e da renda - enfatizando as formas diferentes do modelo presente na economia mainstream¹ - em um ambiente de conflitos latentes?

Esta pesquisa parte de uma análise das cadernetas agroecológicas no Nordeste Paraense e busca ressaltar a agroecologia e a divisão entre as esferas produtiva e reprodutiva como uma forma de resistência e de ocupação viva da terra, contribuindo para seu cultivo e para sua recuperação, em contextos de degradação e consolidação de atividades econômicas de larga escala. Buscando uma visão mais integrada do que seja economia, pretende-se englobar os debates a respeito da soberania alimentar e da luta pela terra, unindo natureza, cultura, produção e reprodução, estando a mulher e os processos por ela liderados na organização do trabalho e da terra no centro da discussão sobre circulação e criação de valores necessários à preservação do modo de vida. Para fazer esta discussão, é importante ter o princípio da indissociabilidade entre natureza e cultura em mente.

Assim sendo, este trabalho está dividido em quatro seções além desta, de caráter introdutório. Em um primeiro momento, a região foco da presente pesquisa é abordada. O objetivo deste segundo capítulo é evidenciar os conflitos pelo uso da terra e a formação tanto étnica quanto cultural do Nordeste Paraense. Em seguida, é apresentado o movimento agroecológico, a sua estrutura de confrontação perante a agricultura de larga escala e as noções de trabalho abordadas pela agroecologia.

¹ Baseado nos estudos de Paula et al. (2003) e Przeworski (1988), o termo economia mainstream equivale, aqui, à economia neoclássica, podendo ser chamada, também, de abordagem da escolha racional ou individualismo metodológico.

A terceira parte do trabalho busca mostrar as cadernetas agroecológicas e como elas se inserem no debate sobre os conflitos rurais no Nordeste Paraense. Aqui, a fim de situar a argumentação, também se pretende localizar as cadernetas dentro do movimento agroecológico. Serão expostos resultados quantitativos das cadernetas como modo de evidenciar a organização da produção agroecológica, bem como o trabalho e o protagonismo das mulheres no processo. Por isso mesmo, entendemos e buscaremos demonstrar aqui como as práticas de cultivo e troca e de troca pelo cultivo são centrais em movimentos de resistência à economia mercantilizada, o que busca ser ressaltado pelas cadernetas agroecológicas. Assim, acreditamos que o eixo central da resistência muitas vezes visibilizada pelas cadernetas reside justamente em sua forma de sistematizar a produção de forma distinta, que na verdade pode ser entendida, também, com uma forma de organizar e registrar de forma diferente levando a indicadores de produção e produtividade distintos. Nestes “indicadores” e na combinação de suas análises, efetuada em primeira instância pelas próprias mulheres que observam e registram seus cultivos, trocas, consumo e comercialização são “anotadas” e refletidas levando em conta o modo de vida das mulheres, já que este modo de vida acaba sendo o próprio filtro de percepção dos sujeitos que são alvo da medição, mas, mais particularmente, as sujeitas que geram e configuram o que está sendo medido. A caderneta, então, passa a ser um instrumento metodológico e igualmente um instrumento criativo e ativo que pode reconfigurar as fronteiras entre o espaço público e privado no rural amazônico, onde estas fronteiras não são assim definidas e estipuladas pelo modo de vida. Em muitas das situações observadas, o espaço privado e o de relação, representação e apresentação pública mesmo, atrelando-se ao modo de reprodução social e resgatando o espaço das roças e o dos quintais como o espaço social², a arena em que a vida se desenvolve. Depois de lançar esta reflexão, apresentamos alguns dados sistematizados a fim de mostrar, nas considerações finais, o balanço sobre a produção, as trocas e o uso das cadernetas agroecológicas por mulheres agricultoras no nordeste paraense.

2. Nordeste Paraense: Formação étnica e cultural e relações de poder sobre a terra

Foi na antiga mesorregião Nordeste Paraense - a qual engloba os municípios pertencentes às regiões de integração dos rios Caeté, Guamá e Tocantins (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017) - que teve início a colonização portuguesa na Amazônia, por meio de fortes militares e missões católicas de catequização, de acordo com Silva e Silva (2008). Logo, o Nordeste Paraense, junto com a região do oeste do Pará, configura uma das primeiras áreas de exploração dos recursos naturais pelos colonizadores lusitanos. Em função disso, atualmente grande parte da vegetação original da região já foi devastada ou, no mínimo, fortemente alterada.

² O espaço social é aqui trabalhando na perspectiva de Bourdieu (2013), em que o mesmo é palco das constantes lutas entre agentes sociais, bem como ambientação das demonstrações de poder simbólico. O objetivo é evidenciar o plano macro em que se constituem as relações sociais dos agentes, pautadas em relações de luta, resistência e desenvolvimento da vida.

De acordo com Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), a formação étnica predominante do Nordeste Paraense é composta por indígenas, negros e portugueses, tendo forte influência de costumes nordestinos, em função do fluxo migratório gerado pela construção de rodovias de integração. São identificados dois grandes ciclos de ocupação: o primeiro está relacionado às incursões portuguesas e o segundo decorre da abertura de várias rodovias. A partir da década de 1950, as políticas de ocupação da Amazônia implementadas pelo Governo Federal priorizaram uma noção de desenvolvimento focada na especulação de terras, exploração dos recursos florestais e migração desordenada.

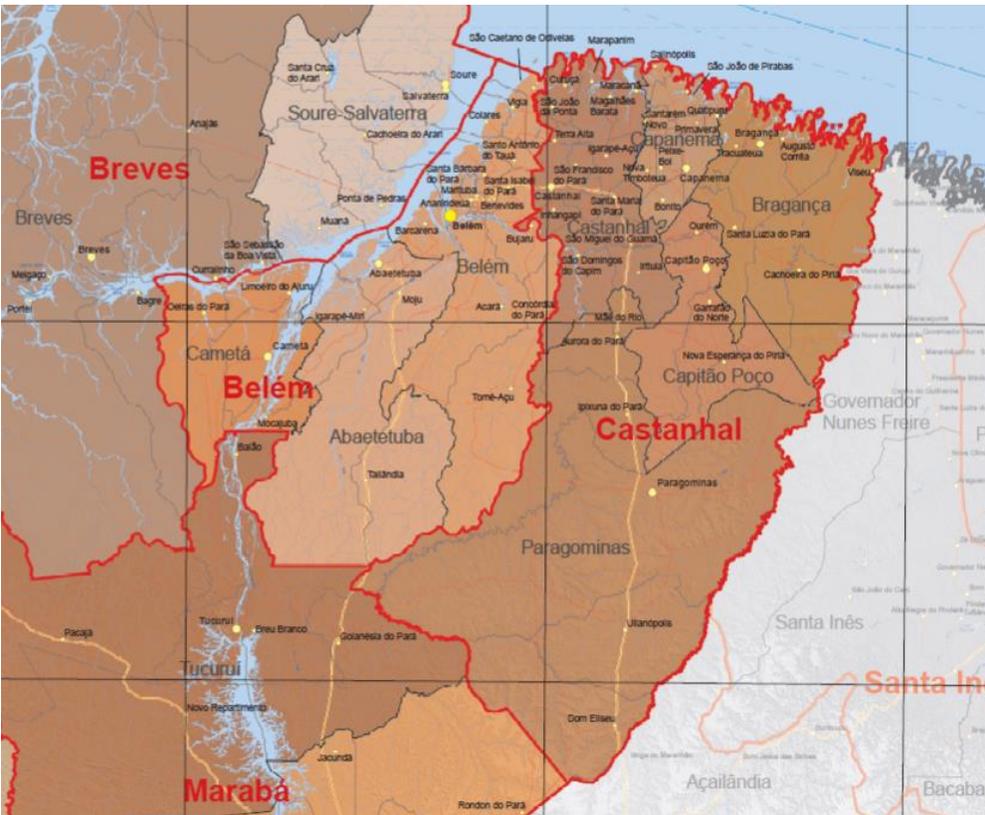
No Nordeste Paraense, a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-153) e da ferrovia que liga as cidades de Belém e Bragança representam um ponto de inflexão no processo de colonização da região. De acordo com o relatório “A grilagem de terras na Amazônia” (2006), somado à abertura de estradas pelos governos federal e estadual, mecanismos de incentivos, crédito e proteção que atraíram o investimento privado e programas de assentamento rural o processo migratório se intensificou. Ficou marcado o desenvolvimento da agricultura e a atividade madeireira. É a partir dessa conjuntura que a região se torna palco de disputas de atores com diferentes interesses que desembocam nos problemas cotidianamente vistos.

Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017) ressaltam que a região vem sofrendo um processo de descaracterização em função do desmatamento, fruto tanto do modo de ocupação quanto do uso da terra. Além disso, há o impacto da expansão do agronegócio - enfatizando a soja -, da extensão das pastagens de gado, da agricultura mecanizada e da extração de minério, que também alteraram as relações de trabalho³.

É destacado que a ocupação irregular da região levou a um processo demorado de demarcação de terras indígenas e quilombolas (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017). Nesse sentido, Barbosa et al. (2011) apontam os conflitos e as contradições existentes entre fazendeiros, madeireiros, agricultores familiares, populações indígenas, populações quilombolas e mineradoras.

Imagem 1 - Regiões geográficas intermediárias de Belém e Castanhal

³ De acordo com Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), produtores tradicionais passaram a atuar em colheitas sazonais, fazendo com que haja uma troca periódica entre a roça e salários.



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

No final do século XX, consolida-se, na Amazônia, uma nova etapa de modernização inspirada na Revolução Verde. Este processo é impulsionado por uma nova política de ocupação do território amazônico, que oferecia terras baratas a quem quisesse ocupá-lo de modo que viesse a atender os interesses estatais. O objetivo era substituir a economia extrativista pelo grande capital - agronegócio, mineração e indústrias de grande porte, protegidas por incentivos monetários e fiscais (ROCES; MONTIEL, 2011). A concentração de terra provocada por essa política de incentivos é, por si só, danosa à região, porque beneficiava os grandes grupos econômicos, tanto nacionais quanto estrangeiros, em detrimento dos povos originários. Esta concentração além de trazer muitos conflitos e expulsões, causou também espoliações de tipo mais indireto de um ponto de vista analítico, na medida em que muitos desses povos originários e, mais tarde, os próprios pequenos agricultores que se instalaram no Nordeste paraense por um movimento de colonização agrícola, foram perdendo suas terras por não conseguirem se integrar as cadeias de produção que chegavam a região, ou eram perdiam a terra quando também se integravam, seja pelo endividamento, ou pelo adoecimento dado o alto uso de agrotóxicos.

De acordo com Loureiro e Pinto (2005), os governos militares pós 1964, motivados pela política de ocupação das terras amazônicas desde antes do

regime, na década de 50, foram colocando a terra pública, secularmente habitada por ribeirinhos, indígenas e caboclos em geral, à venda. Essa venda de uma terra já habitada se dava por meio de lotes de grandes dimensões a novos investidores. Era frequente que essas terras adquiridas fossem demarcadas em uma extensão muito maior do que os lotes originalmente comprados e, ainda, registradas em cartório. Práticas como essa, de grilagem de terras, tornaram-se comuns na região. Aliadas e consubstanciadas no nó fundiário resultante ainda da época das sesmarias e capitânias dos séculos XVIII, as grandes fazendas foram se renovando e se incorporando aos processos de monocultivo e de consolidação da pecuária na região, já na segunda metade do século XX.

Além disso, em função da não disposição de imagens de satélite para demarcar limites e a composição da terra, uma violência recorrente nas décadas de 1970 e 1980 era o cerceamento de lotes com os moradores dentro (LOUREIRO; PINTO, 2005). Essa situação, somada ao alto nível de concentração de terra na região, agravou o confronto entre povos originários, investidores e fazendeiros locais. Os primeiros eram vistos como invasores e grandes conflitos daí originaram.

Somente quando os novos proprietários começavam a queimar a mata para formar pastos ou derrubá-la para vender a madeira, os antigos moradores se deparavam com o fato de que as terras em que moravam haviam sido vendidas, em geral para grandes sociedades anônimas, cujos proprietários habitavam fora da região. A expulsão dos moradores tornava o conflito uma prática cotidiana. Como as terras pertenciam, por posse imemorial aos antigos moradores, o governo encontrou um mecanismo para regularizá-las e criou condições que permitiam ao novo proprietário se apropriar da terra numa extensão muito maior do que aquela que fora realmente adquirida. A concentração fundiária daquelas décadas permaneceu praticamente inalterada até hoje. Da mesma forma, a maior parte da terra grilada transformou-se em situações consolidadas (LOUREIRO; PINTO, p. 80, 2005).

Silva, Pereira e Souza (2012) ressaltam que a grilagem de terras paraenses tem sido pano de fundo de inúmeras formas de violação dos direitos humanos. Essas violações incluem desde a negação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado - destacando a extração criminosa de recursos florestais - até a expulsão violenta, prisões e assassinatos de pequenos posseiros. Outro agravante dos conflitos entre as partes são as práticas de trabalho escravo ou análogo à escravidão e o número de assassinatos tanto de trabalhadores quanto de lideranças regionais decorrentes das invasões dos grileiros.

A esses dados, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio do relatório “Conflitos no Campo Brasil 2016” (2016) acrescenta que a forte incidência de conflitos agrários na região amazônica (57% das ocorrências de conflitos no campo brasileiro registradas pela Comissão Pastoral da Terra) mostra o avanço do capital que, beneficiado pelas ações do Estado, explora de maneira irracional e predatória as riquezas naturais, provocando danos socioambientais de

dimensões irreversíveis. As consequências desse processo de priorização do capital são a degradação ambiental e a desterritorialização e expropriação de comunidades tradicionais.

Como forma de contrapor esse cenário marcado pela violência e degradação das relações sociais e ambientais, bem como fortalecer as relações da agricultura familiar associada aos indivíduos das populações tradicionais e de favorecer esses atores, Barbosa et al. (2011) apontam a difusão da agroecologia, do manejo florestal madeireiro e não madeireiro, o fortalecimento de cadeias produtivas da fruticultura e da apicultura. Na busca por se posicionar em face aos processos de expansão do agronegócio e da indústria mineradora, a agroecologia aparece como um movimento de produção visando à sustentabilidade e com viabilidade econômica. A diversificação dos agroecossistemas, a apropriação do conhecimento pelos produtores a reorganização do espaço social são exemplos de como a sustentabilidade ambiental e social está intrínseca à própria agroecologia.

3. Trabalho e agroecologia como forma de resistência: estruturas e confrontações do movimento agroecológico

No sistema capitalista, as relações sociais obedecem à determinado padrão - ou, ao menos, espera-se que obedeçam: elas se voltam ao lucro e à extração de utilidade máxima para o indivíduo - ou coletivo - envolvido. Do mesmo modo, Polanyi (2000) ressalta o caráter individualista que permeia a sociedade, a fim de tornar o sujeito um insumo, transformá-lo em mão de obra em termos econômicos, subtraindo as demais relações sociais, afetivas e culturais que o compõem.

A isso, Benston (1969) adiciona que o trabalho doméstico constitui parte significativa da produção requerida pela sociedade e, mesmo assim, ele não é considerado trabalho porque não está englobado pelo mercado de trabalho. A autora destaca que a manutenção da divisão do trabalho entre os gêneros e a não remuneração pelo trabalho doméstico/feminino são essenciais para o desenvolvimento do sistema capitalista por dois motivos. O primeiro diz respeito ao custo do trabalho não remunerado para os donos dos meios de produção. O pagamento pelas atividades domésticas - mesmo que pouco - impactaria em uma forte distribuição de renda. E a segunda razão se refere à capacidade de absorção de parte massiva da mão de obra feminina pelo mercado de trabalho. Com a inserção dela no mercado de trabalho remunerado, fica evidente a responsabilidade que a mulher tem sobre o trabalho doméstico, porque a redistribuição deste não ocorreu de forma significativa.

Silvia Federici (2012) ressalta que o trabalho doméstico foi - e é - imposto às mulheres e é tratado como “ato de amor”. Ao transformar o trabalho reprodutivo em algo feminino, intrínseco a todas as mulheres, uma necessidade interior feminina, ele perde o status de contrato social e passa a ser visto como supressão de uma carência da mulher, como se ela só se tornasse um ser completo e feliz a partir desse trabalho de reprodução da vida humana.

De acordo com Federici e Cox (2012), o modelo familiar tal qual conhecido atualmente é uma criação do capital para o capital. Longe de ser uma estrutura pré-capitalista, a disposição das famílias é uma instituição que serve pra garantir tanto a quantidade quanto a qualidade da força de trabalho. Nessa direção, o capital, no período de ascensão da sociedade de mercado, teve de incrustar essa ideia de que o trabalho doméstico é algo natural, inevitável e até revigorante como forma de torna-lo não remunerado. Essa ação, conseqüentemente, tirou a parte laboral dessa atividade, o que fez com que as mulheres nem pudessem se opor ao mesmo e, caso se opusesse, seria tratado como vitimização (FEDERICI, 2012).

O mérito da economia de mercado, ainda de acordo com Polanyi (2000) está em dissociar os elementos que naturalmente integram a vida e o cotidiano das sociedades, transformando-os em insumos fabris, fazendo com que todos os aspectos sociais obedeçam ou fiquem em segundo plano em relação à atividade econômica. Nesse sentido, o agronegócio se apresenta como modelo de modernidade, eficiência e dotado de um forte domínio das diferentes tecnologias, enfatizando a agricultura de precisão - “o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”. Na prática, contudo, estas novíssimas tecnologias não parecem atuar de modo a evitar os problemas associados ao agronegócio.

Pelo contrário, o Atlas do Agronegócio (2018) identifica que a disseminação de algumas dessas novas tecnologias estão relacionadas à perda de fertilidade dos solos, à redução da biodiversidade, à morte de oceanos e ao aumento crescente da emissão de gases do efeito estufa. E no âmbito social, essa forma de produzir alimento está relacionada à perda de postos de trabalho no campo sem que alternativas sejam oferecidas.

É justamente nesses problemas que a agroecologia se sobressai como alternativa viável. Isso porque ela parte de um conjunto de práticas agrícolas que criam interações biológicas positivas entre os componentes do agroecossistema. Os princípios básicos da agroecologia - a reciclagem de nutrientes, a integração entre cultivos agrícolas e a pecuária, a diversificação de espécies e recursos genéticos e a produtividade vista como um todo e não focada em espécies individuais, por exemplo - vão de encontro à lógica que rege o sistema de larga

escala: introdução de insumos externos, monocultivo e exteriorização do conhecimento (A AGROECOLOGIA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, 2012).

Como forma de oposição à produção de commodities, a agroecologia se mostra como resistência, por unificar esferas de trabalho, a terra e a sociedade e o alimento que permeia todas essas relações. O movimento agroecológico se faz junto com a diversidade ecológica de ideias. Busca-se conciliar a sustentabilidade econômica (por meio do potencial de renda e trabalho), ecológica (qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas locais), social (enfatizando a inclusão das populações de baixa renda e a segurança alimentar), cultural, política e ética (EMBRAPA, 2006). Ela surge como resposta a diversas demandas sociais atuais.

Altieri (2010) destaca que a agroecologia proporciona um marco para a valorização da complexidade dos agroecossistemas. O método, segundo o autor, baseia-se no melhoramento da qualidade do solo, permitindo, simultaneamente, que as plantas cresçam mais fortes e saudáveis e debilitando as pragas, por meio da diversificação dos agroecossistemas. Nesse sentido, Shiki (2009) ressalta que o conhecimento científico, somado à cultura popular sobre a ecologia local, representa a inovação necessária na agricultura familiar.

A partir dessa inovação, há ganho de produtividade (em determinadas culturas) pelo produtor. A ciência requerida para fazer uso de inseticidas, por exemplo, não é apropriável pelo agricultor, porque a ele cabe apenas comprar e aplicar conforme a receita. Então, o desejado é que o produtor rural saiba do funcionamento do ecossistema local, e encontre meios naturais para evitar que a interação planta-inseto veicule doenças ou crie pragas. Altieri (2010) entra em concordância com Shiki (2009) ao afirmar que a transição para um modelo agrícola mais ecológico, biodiverso, regional e socialmente justo está ancorada na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. Esses sistemas alimentaram (e alimentam), durante séculos, a maior parte do mundo. Não há porque desconfiar da capacidade destes de prover alimentos.

Lima (2017) enfatiza a agroecologia (por meio da agricultura familiar) como movimento capaz de atender as mudanças estruturais que a garantia da segurança alimentar e nutricional para todos demanda. A autora destaca o movimento agroecológico como uma forma de desenvolvimento da agricultura que dialoga com o direito humano à alimentação, enfatizando as populações vulneráveis, e contribui para um incremento no desenvolvimento econômico.

Sá e Silva (2014) ressaltam que, além disso, a agroecologia se põe como uma opção sustentável e relacionada tanto à segurança quanto à soberania alimentares, os quais, por sua vez, se conectam à sustentabilidade social,

ambiental e econômica. Gliessman (2017) acrescenta que as raízes interdisciplinares do movimento começaram a florescer quando ficou latente que o conhecimento ecológico podia se combinar com a riqueza da cultura e experiência locais relacionadas ao cultivo agrícola.

O marco referencial em agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 31) a define como uma abordagem científica que, partindo de uma perspectiva holística, busca compreender as relações construídas e derivadas tanto da evolução quanto da interação entre as culturas humanas e a natureza para fortalecer estilos de agricultura de agricultura renováveis e estratégias endógenas de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, se destaca o caráter local e particular da agroecologia. Cada região, com suas realidades socioeconômicas e ecológicas individuais que definem a melhor forma de aplicar as teorias e conceituações. Desse modo, a agroecologia se funde com movimentos de construção do conhecimento: de um lado, há a relativização ou negação de saberes já generalizados, mas negativos do ponto de vista cultural, social e ambiental; de outro lado, se propõe o uso de métodos inovadores, bem como a geração de novos conhecimentos (EMBRAPA, 2006).

De acordo com Sá e Silva (2014), o movimento agroecológico está baseado em três grandes dimensões - ecológica, socioeconômica e cultural (ligadas ao desenvolvimento endógeno) e política (relacionada à transformação socioambiental) - e, dentro dessa perspectiva, a agroecologia traz inúmeras possibilidades de impactar positivamente os sistemas de uso da terra, principalmente no que tange à agricultura familiar e ao processo de valorização dos conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Monteiro e Londres (2017) definem a agroecologia como uma ciência que emprega princípios derivados da ecologia no estudo e no manejo de agrossistemas. Ela se constrói, então, partindo do estudo dos sistemas agrícolas tradicionais, e dando ênfase para conhecimentos, saberes e práticas de agricultores e de comunidades tradicionais, e fazendo paralelos com pesquisas desenvolvidas em centros acadêmicos. De acordo com Sá e Silva (2014), a mescla desses conhecimentos - oriundos da ciência agroecológica - contribuirá para a resolução de conflitos ambientais e, paralelamente, aumentar a produção.

Além disso, de acordo com o manifesto “A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada” (2012), os sistemas agroecológicos, por meio da gestão de matéria orgânica e conseqüente aumento da atividade biótica do solo, apresentam condições de solo mais favoráveis para o crescimento das plantas. A isso se soma o caráter transdisciplinar da agroecologia, que é enfatizado ao misturar elementos tanto de processos ecológicos quanto de aspectos

socioeconômicos, culturais e políticos a questões não acadêmicas (SÁ; SILVA, 2014).

As bases epistemológicas da agroecologia, segundo Caporal (2009), mostram que a evolução da cultura humana e do meio ambiente se dá de forma conjunta. Este processo se constrói da seguinte forma: a) o potencial agrícola dos sistemas biológicos e sociais foi captado por agricultores tradicionais em um processo de tentativa, erro e aprendizado; b) estes sistemas coevoluíram de tal forma que a sustentação de cada um depende do outro; c) o potencial dos sistemas biológicos e sociais pode ser melhor compreendido em função do atual estado do conhecimento formal; d) este conhecimento formal, aliado a demais experiências e práticas podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais quanto os modernos; e) o desenvolvimento agrícola proporcionado pela agroecologia permite a manutenção de mais opções culturais e biológicas e também gera menos deterioração biológica, cultural e ambiental em relação às perspectivas adotadas pelas ciências convencionais.

O efeito multiplicador gerado pelo incremento na renda de pequenos agricultores também apresenta maior impacto no combate à fome. O ciclo que decorre desta renda estimula a demanda por produtos e serviços produzidos ou distribuídos de forma regional. Quando as grandes propriedades aumentam a sua receita, no entanto, a maior parte deste adicional é investido em insumos e máquinas importadas, ficando uma parcela muito menor no comércio local (A AGROECOLOGIA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, 2012).

A agricultura deve se desenvolver de maneira que aumente a renda dos pequenos proprietários. A disponibilidade de alimentos é, em primeiro lugar e acima de tudo, uma questão de nível familiar e as causas da fome são associadas, principalmente, não a insuficiência de estoques ou à oferta global incapaz de atender a demanda, mas à pobreza; aumentar a renda dos mais pobres é a melhor maneira de combatê-la (A AGROECOLOGIA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, p. 15, 2012).

Esse conceito está atrelado à ideia de soberania alimentar, utilizada por inúmeros movimentos sociais. Esse conceito se apresenta como espinha dorsal de uma proposta alternativa ao modelo neoliberal baseado em um comércio internacional que não tem se mostrado justo para solucionar o problema da fome no mundo (ALTIERI, 2010). A soberania alimentar se mostra como solução viável porque é ancorada na importância dada ao local (tanto em relação à autonomia e aos mercados quanto aos ciclos de produção e de consumo) nas soberanias energética e tecnológica e nas redes de agricultores. A luta pela soberania alimentar se torna a luta por outro projeto de vida (JALIL, 2009b).

Nesse sentido, a caderneta agroecológica tem o papel de ressaltar a produção realizada na esfera doméstica. Além disso, ela é um instrumento que busca tornar a renda - e, conseqüentemente, o trabalho despendido nessa produção - oriunda dos quintais agroecológicos visível. Além disso, esse instrumento põe em evidência a soberania alimentar, porque questiona o poder externo no que diz respeito à reprodução das formas de vida e à sobrevivência, objetivando uma alimentação saudável, diversificada e que respeite as culturas que permeiam a sociedade.

4. Análise de resultados: cadernetas agroecológicas e a (re)construção do poder familiar

As cadernetas agroecológicas são criadas para, partindo da monetarização da produção realizada nos quintais produtivos⁴, dar maior visibilidade ao trabalho, principalmente o produtivo não (ou pouco) remunerado - voltado ao autoconsumo, à troca, à doação e à venda. Além disso, as cadernetas sinalizam que a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva é mais tênue na agroecologia, porque esses trabalhos se dão de forma conjunta. Conseqüentemente, há maior visibilidade do trabalho doméstico.

A caderneta agroecológica objetiva, por meio da sistematização do trabalho das agricultoras familiares, tornar visível o trabalho feminino na manutenção da unidade produtiva - os quintais produtivos -, bem como promover a geração de renda - inclusive a não visível - a segurança alimentar e nutricional e, por fim, a agroecologia (NETO et al., 2015).

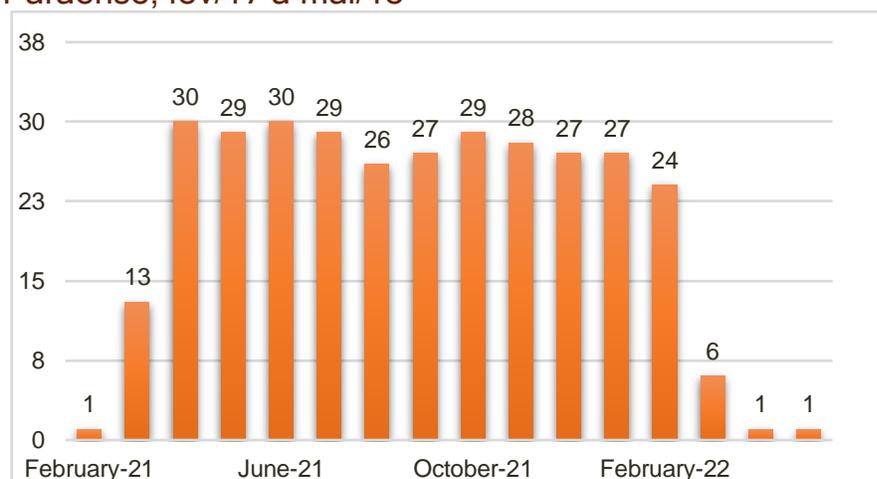
Imagem 2 - A Caderneta Agroecológica

⁴ De acordo com Santos et al. (2013), os quintais produtivos agroecológicos são espaços definidos e delineados levando em conta as necessidades das comunidades. Estes vão além dos limites do cultivo das plantas e criação de animais. Isso faz com que os quintais sejam facilmente confundidos com as áreas de ocorrência natural das espécies. Este cenário, bastante presente na realidade amazônica, retrata a dificuldade em definir o perímetro dos quintais.

discricionada pelo seu caráter econômico, identifica a predominância de registros voltados ao autoconsumo.

Contudo, antes de analisar o gráfico 2, é importante que sejam feitas considerações sobre a quantidade de cadernetas agroecológicas analisadas. Tal apontamento é feito no gráfico 1, que considera o período de fevereiro de 2017 a maio de 2018.

Gráfico 1 - Número de cadernetas agroecológicas respondidas por mês, Nordeste Paraense, fev/17 a mai/18



Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

Foram analisadas, em média, 21 cadernetas agroecológicas. É tomado como base o número médio de cadernetas respondidas porque por inúmeros motivos as mulheres não conseguiram anotar os dados da produção regularmente. Em algumas situações, a agricultora é analfabeta, então um filho ficava responsável e, quando o filho não estava disponível para anotar, a contabilização acaba não sendo feita, por exemplo. Outro caso comumente relatado foi o de adoecimento de membros familiares e o consequente acompanhamento da mulher ao hospital, inviabilizando a anotação da produção.

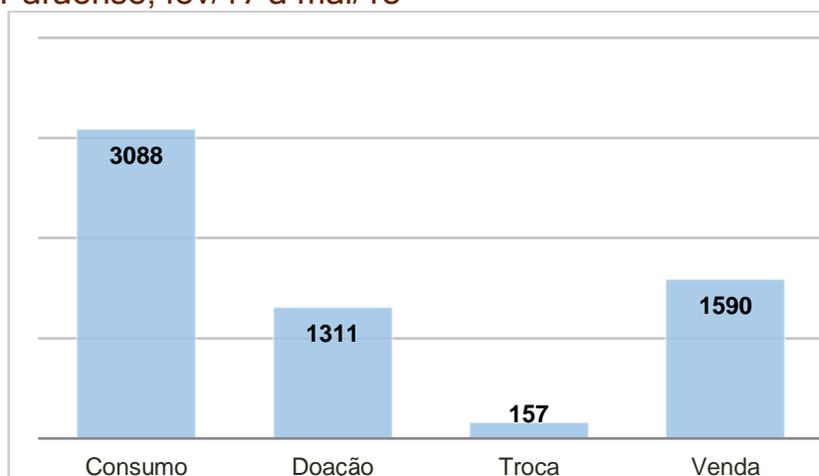
Além disso, o projeto tinha a duração prevista de um ano. Com isso, os resultados de fevereiro de 2017, abril e maio de 2018 são atípicos, porque contam com a análise de apenas uma caderneta agroecológica. Em função da riqueza de detalhamento dessas cadernetas, optamos por não as excluir da análise.

Somado a este instrumento, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) - responsável pela aplicação das cadernetas agroecológicas no Nordeste Paraense -, promoveu diversos eventos e seminários de debate e reflexão a respeito de temas relacionados à agroecologia e à caderneta. O

impacto das cadernetas agroecológicas como instrumento visibilizador da renda proveniente dos quintais produtivos deve ser considerado nessas condições, porque ela é aplicada de forma conjunta com debates e reflexões coletivas.

Essas conversas entre as usuárias das cadernetas evidenciam o caráter social das suas experiências individuais - elas percebem que o que acontece com elas acontece também com outras mulheres, o que impacta diretamente no empoderamento feminino, porque elas se veem como parte de um conjunto, como ressalta a fala de Leocádia Moraes, moradora da Comunidade Quilombola África de Abaetetuba/PA e também usuária das cadernetas. Ela diz: “E outra coisa também muito importante foi a união das mulheres”.

Gráfico 2 - Número de anotações das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, fev/17 a mai/18



Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

Leocádia Moraes entra em concordância com Daniela Silva ao afirmar que as cadernetas agroecológicas permitiram que ela notasse o trabalho e a produção dos quintais como dotada de valor. Essa questão é recorrente nos depoimentos em geral. A valorização dessa produção invisibilizada é assim abordada por Leocádia:

A importância da caderneta pra nós foi assim, porque nós não sabíamos o que nós utilizávamos, o que nós gastávamos durante o mês. Às vezes a gente pensava que: ‘Ah, minha despesa é de tanto’. Quando acaba, a nossa despesa é outra coisa. Aí ela foi muito importante pra gente descobrir o que nós temos nos nossos quintais, que a gente não, não contava que a gente tinha, que a gente usava... Isso daí foi muito importante pra nós.

Além disso, há uma alteração na estrutura de poder familiar. A mulher passa a se ver como sujeito da sua história, reconhecendo o seu papel na manutenção e

desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, é destacada a fala da sra. Rosa, 60 anos, agricultora ecológica e feirante. Ela diz, em uma entrevista a Henn (2013, p. 78): “Agora eu abri os olhos, porque eu andei 45, 48 anos com os olhos fechados. [...] Eu disse: ‘Não quero mais que você interfira na minha vida, deixa eu trabalhar do meu jeito, deixa eu administrá (sic) meu dinheiro’”. Sobre isso, Leocádia Moraes adiciona: “É participando que a gente vai se... Aprendendo, né, porque quando eu comecei eu não tinha grande coisa pra falar, hoje eu já não tenho mais a vergonha de falar...”.

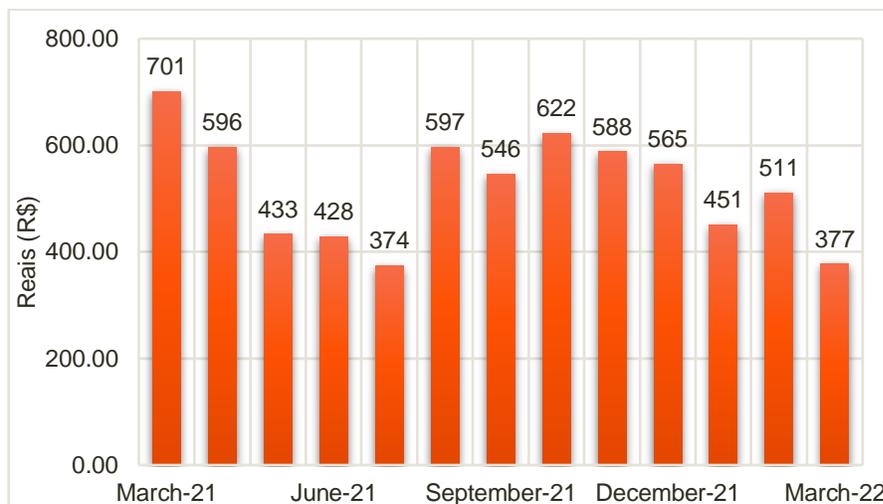
Ozirene Silva, moradora da Comunidade P. A. Panelão, do município de Carreiro Castanho/AM, vai além. Ela afirma que, por meio das cadernetas agroecológicas, ela descobriu uma nova identidade sua. Além disso, teve acesso ao conhecimento do seu direito sobre a terra, que, até então, estava registrada apenas no nome do marido. Ozirene diz:

Através da caderneta eu vim descobrir que eu sou agricultora e que eu tinha direito na terra também... Aonde eu já fui correr os meus direitos, já... Hoje, meu documento, é anexado no dele. Ai isso, pra mim, foi muito importante porque hoje ele fala assim pra mim: ‘Você tá muito espertinha’... Porque eu também não falava quase nada, eu era muito calada e agora não, agora eu sei meus direitos, eu vou atrás e questiono... E assim, pra mim tá uma coisa maravilhosa, tá muito bom mesmo.

Essa reorganização no espaço familiar está relacionada a uma forma diferenciada, de resistência a práticas comuns ao sistema, de lidar com as relações sociais. Essa questão também é ressaltada pelas transações não monetárias resultantes da produção dos quintais - a saber, as doações e as trocas. Além disso, a caderneta mostra que a linha que divide o público e produtivo do privado e reprodutivo, no movimento agroecológico, é nebulosa.

Essa menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, é perceptível porque existe produção palpável (e monetarizável) gerada no âmbito doméstico. A renda provocada pela venda de produtos dos quintais quebra a ideia de que é na esfera assalariada que se dá a geração de renda. Nesse sentido, o gráfico 3 evidencia essa produção por meio da monetarização da renda média mensal per capita gerada nos quintais produtivos.

Gráfico 3 - Média mensal per capita do valor da produção das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, mar/17 a mar/18



Fonte: elaboração própria com base nos dados das cadernetas agroecológicas.

O valor médio mensal per capita produzido nos quintais produtivos é de R\$522,40. Nesse caso, foram desconsideradas as amostras de fevereiro de 2017 e abril e maio de 2018, porque além de considerar apenas uma caderneta, como mostra o gráfico 1, eles destoam da amostra geral.

É necessário ressaltar que, as agricultoras, por vezes, em função da rotina corrida, esquecem de anotar a produção na caderneta. Com isso, dois pontos ficam evidentes: a. a média mensal representa um valor alto para a produção doméstica feminina - enfatizando que ela está atrelada a todo o trabalho de reprodução da vida e o trabalho de cuidados, que não são mensurados pela caderneta; e b. o valor do trabalho produtivo dos quintais agroecológicos tende a ser maior do que o registrado na caderneta - com as rotinas corridas e o eventual esquecimento de anotar, a venda acaba se sobressaindo porque, quando elas lembram, tendem a não recordar do que foi utilizado para o autoconsumo.

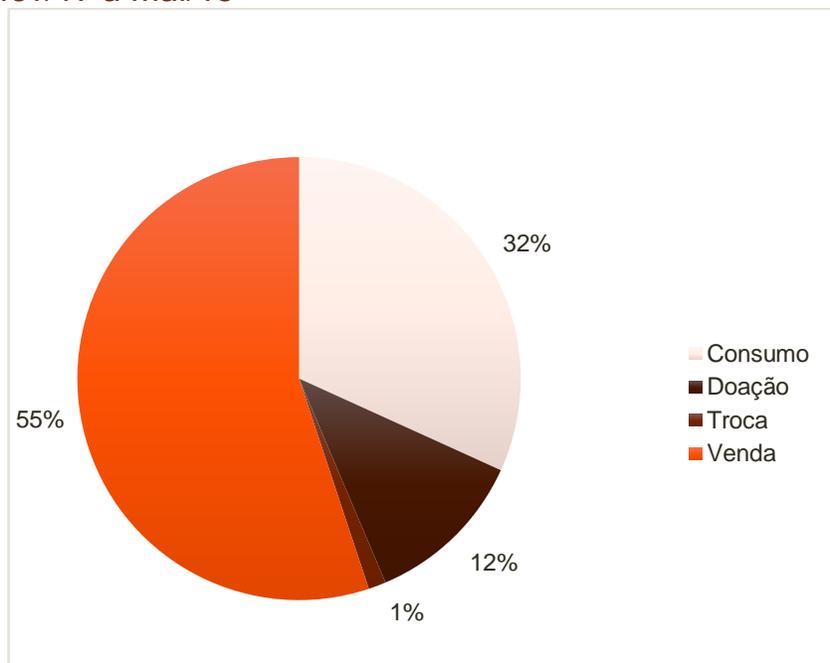
Benedita Gonçalves, representante regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e moradora de Igarapé-Miri/PA, e também usuária da caderneta, afirma:

[A caderneta] mudou alguns aspectos de, de registrar o que a gente, o que a gente produz, o que a gente come, o que a gente vende e... Também pra gente ter noção da nossa renda, e às vezes a gente até imagina que não ganha nada, porque a gente come tudo o que produz, e aí no final das contas a gente não consegue visualizar a renda. Então as caderneta (sic), ela pude (sic) visualizar. Mesmo com, assim, a questão dos costumes, que a gente não tinha muito costume de registrar, às vezes esquece. Mas isso, o que a gente consegue registrar, isso já muda o aspecto de dizer que 'Ah, eu não ganho nada'. [...] A gente trabalha tudo o que a gente tem aqui ao redor, que a gente tem trabalho coletivo da família. E, e as caderneta nos mostrou que não era assim, que só o consumo já era uma renda grande, que se a gente fosse buscar fora, talvez o

salário, a ajuda de custo que a gente tem, a gente não teria condições de sobreviver com, somente com isso.

Objetivando a visibilização da renda gerada por meio dos quintais produtivos, o gráfico 4 exibe, em reais, o valor total da produção gerada nos quintais agroecológicos no período, discriminado pelo seu caráter econômico.

Gráfico 4 - Valor total da produção por caráter econômico, Nordeste Paraense, fev/17 a mai/18⁵



Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

O baixo índice das trocas está relacionado à compreensão do que é a troca. O ato de permutar está relacionado à simultaneidade da ação. Como o mais frequente é trocar não necessariamente recebendo outro produto naquele momento e, sim, no decorrer da semana ou do mês, essa ação acaba se fundindo com a doação. Já a venda, por exemplo, por representar um ganho monetário visível, acaba sendo mais lembrada no registro da caderneta. Como já afirmado, as agricultoras relataram que, em função da rotina corrida, elas acabam por, em alguns momentos, esquecer de anotar a produção na caderneta. Quando lembram, é normal esquecer itens voltados ao autoconsumo, à doação e à troca, exatamente porque tais atividades fazem parte de sua vida cotidiana, dos seus

⁵ A parte da pesquisa que se refere à Amazonia e ao Nordeste paraense está sendo realizada em cooperação com a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazonia (RMERA) e é parte do projeto realizado “Mulheres e Agroecologia em Rede”, que se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazonia, Nordeste, Sul e Sudeste) entre os anos de 2013 e 2015.

fazeres econômicos do dia a dia, que não são percebidos nem como parte da economia, nem como essenciais para a construção e circulação de valores, embora estejam ocorrendo a todo momento.

Um outro fator indicativo do movimento descrito acima é o alto valor de produção não mercantilizada, isto é, que não se transformada em produto, com valor estabelecido para vendas no mercado. Esta produção é voltada ao autoconsumo, que corresponde a 45% da renda proveniente dos quintais agroecológicos. A renda proveniente dos quintais tende a ser a parte mais invisibilizada do trabalho, porque em nenhum momento esta é dinheiro, ou seja, a renda não é monetária, de fato. Não que a renda monetizada proveniente dos quintais seja desvalorizada. A renda é valorizada, pois costuma se destinar a gastos correntes, tal como o gás que acabou, o material escolar dos filhos e assim por diante. No entanto, os alimentos produzidos pelas mulheres que não são vendidos gerando dinheiro tendem a ser vistos como dados. Dessa maneira, todo o trabalho das mulheres envolvidos neste sistema de produção, que também é de cuidado, não é visto como gerador de recurso monetário.

Há que se destacar, ainda, que, por meio da valorização do trabalho da mulher como produtivo, principalmente pela produção resultante dos quintais, a caderneta agroecológica fortalece a importância do cultivo de uma ampla gama de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes (NETO et al., 2015). A respeito do impacto das cadernetas sobre a diversidade de plantas presentes nos quintais produtivos, Leocádia Moraes acrescenta:

Eu tinha, na minha, na minha opinião, só o açaí no meu quintal. A partir que nós pegamos a caderneta, a gente começou a querer colocar mais coisas... Aí, a maioria dos quintais hoje, ela tem umas coisas aí... De primeira eu não tinha um pé de ingá no meu quintal, porque eu achava que não era necessário, aí é onde eu fui ver que o ingá que eu consumo, eu posso adicionar na minha caderneta e ver o quanto eu tenho de produto no meu quintal. Aí acerola que eu plantei mais, aí eu já plantei a batata aí no quintal, já plantei, meu filho já plantou abacaxi... Então a gente tá procurando também aumentar as coisas dentro dos nossos quintais... Porque, assim, pra mim o meu quintal era açaizeiro e pronto, que é o que mais eu gosto. Aí, pra mim era isso, aí chega na hora e não, é muita coisa que eu preciso ter no meu quintal que eu não tinha.

A partir do depoimento de Dona Leocadia, quilombola do quilombo Laranjituba, podemos ver que a caderneta agroecológica, como ideia e como metodologia, pauta-se na economia feminista para colocar a ideia de sustentabilidade da vida no centro das ações humanas. Ela aponta que o mercado é incapaz de satisfazer as necessidades desses grupos, dada a incapacidade deste de remunerar as famílias de forma a permitir a satisfação do desenvolvimento das capacidades humanas e de suprir as necessidades afetivas e emocionais, essenciais para o desenvolvimento do indivíduo (CARRASCO, 2012).

A respeito da importância de considerar o indivíduo como parte constitutiva (e não descolada) do espaço, Noemi Krefta, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ressalta:

A agroecologia feminista, ela é muito cara pra nós. Porque é a forma de fazer agricultura saudável, diversificada, com o olhar das mulheres, pensando a produção voltada para o auto sustento, levando em consideração que nós somos parte do ambiente onde vivemos. Não é uma relação de exploração do espaço e, sim, de troca, de partilha, de compreendermos, nós, mulheres, como parte do espaço onde a gente vive.

Esse olhar das mulheres sobre a agroecologia destacado por Noemi envolve a qualidade e quantidade do alimento, a busca por uma alimentação saudável e que atenda as necessidades familiares. Sobre isso, Nobre (2005, p. 53) afirma que, na questão dos processos de seleção do alimento, o foco das empresas produtoras de semente é a busca pela produtividade, ancorada tanto na adubação quanto na resistência aos agrotóxicos utilizados.

As mulheres, por sua vez, partem de um viés diferente. Elas, que costumam ser responsáveis pelo serviço de seleção de sementes e pelo trabalho com a comida de um modo geral, tendem a priorizar outros fatores. Questões relacionadas à produção e ao cozimento do alimento - por exemplo, o feijão que dá mais caldo e cozinha mais rápido -, à capacidade de resistência da planta à competição e do grão à armazenagem são enfatizadas quando o fim é o autoconsumo. Isso indica que, além da garantia da qualidade e quantidade do alimento, todo o processo de cultivo e de seleção de sementes se dá conforme objetivos que não necessariamente colidem. Ao passo em que a meta de empresas está vinculada ao lucro, a agricultora tende a priorizar o bem estar da família.

5. Considerações finais

Usando como base tanto depoimentos de mulheres que adotaram as cadernetas agroecológicas como parte das suas rotinas, quanto dados agregados da produção registrada por este instrumento, este artigo buscou dissertar sobre como as cadernetas são capazes de expressar e confrontar a articulação de valores apropriados pela economia de mercado em um ambiente que já há muito tempo é palco de conflitos agrários, que, contemporaneamente, se acirram ainda mais. É enfatizado o descaso histórico perante problemas ambientais - desde o desmatamento até a perda de fertilidade dos solos, a negligência e a violência, ambas também históricas, contra povos tradicionais, alvos constantes de ataques

do poder público⁶, além do descaso da opinião pública e o ataque aos movimentos marginalizados, que buscam contrapor os modelos hegemônicos de produção.

Os depoimentos das mulheres que fazem uso da caderneta agroecológica evidenciam o caráter de questionamento desse instrumento ante valores até então inquestionáveis. A renda, ao contrário do que prega a economia mainstream, não necessariamente é monetária. Ela pode vir por meio da permuta, do autoconsumo, do próprio custo de oportunidade e de várias outras maneiras.

Na economia voltada ao mercado, há a dicotomia entre trabalho e lazer. Trabalho é o período de tempo despendido - geralmente fora de casa - em troca de um salário. É basicamente o trabalho assalariado. A noção de lazer engloba todo o período de tempo não gasto nesse trabalho assalariado. As cadernetas agroecológicas questionam esse paradigma. Em primeiro lugar, o trabalho de reprodução da vida é de maneira corrente totalmente desconsiderado. As cadernetas podem ser um instrumento interessante justamente para mostrar que o trabalho produtivo não é obrigatoriamente separado do trabalho de reprodução. Em vários casos, não há uma linha divisória entre eles. A própria noção de trabalho é contestada. Ele tem necessariamente de ter algum retorno financeiro? Ou esse retorno pode vir em aumento de bem-estar? O trabalho tem de ser separado do lazer? O que configura trabalho e o que configura lazer? Eles são obrigatoriamente opostos ou podem ser simultâneos?

Todos esses questionamentos entram em conflito com várias das faces do hegemônico, seja em termos acadêmicos, seja em termos de re(existência) diária diante do que pretende se impor em termos de valores que não são e não devem ser tratados como absolutos, seja na forma do quantitativo monetário, seja no significado da produção associada à vivência das mulheres em seu espaço de vida, que inclui o quintal das casas. E, tendo em vista que o território base dessa análise é um terreno de lutas constantes, a indagação sobre o que representa o hegemônico põe em evidência em última instância o direito à vida e a se viver de formas distintas da sociedade envolvente, partindo de valores que não são os mesmos que estruturam esta mesma sociedade. A terra está no centro desta disputa de valores, pois é na mesma que se desdobram estas formas de viver, produzir, registrar e circular valores que atestam uma disputa sobre formas de uso da terra, com a mulher no centro desta agenda diferenciada.

⁶ Luís Carlos Heinze, atual deputado federal e senador eleito pelo PP/RS, classifica índios e quilombolas como sendo “tudo o que não presta”. Jair Bolsonaro, candidato à presidência do país e deputado federal pelo PSL/RJ, afirma que, se eleito, “índio não terá mais 1 cm de terra”. Além disso, segundo dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (2017) tramitam no Congresso, 33 propostas que ameaçam direitos indígenas - a maior parte delas busca alterar os processos de demarcação de Terras Indígenas.

Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. In.: Revista NERA, Presidente Prudente, ano 13, n. 16. 2010. 22-32.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

BARBOSA, M. J. de S. et al. Território Nordeste Paraense: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no Estado do Pará. Belém: UFPA/MDA, 2011. 67 p. (Relatório Analítico). Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra061.pdf>>. Acesso em: 10/03/2018.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. Monthly Review, New York, vol. 21, n. 2. 1969.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a10.pdf>>. Acesso em: 25/12/2017.

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS NA AMAZÔNIA. Produção FASE - Programa Amazônia; RMERA - Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia. Belém. 2018. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/videos/cadernetas-agroecologicas-na-amazonia/>>. Acesso em: 29/09/2018.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Caderno SISAN 01/2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno1_sisan2012.pdf>. Acesso em: 23/09/2018.

CAMINHOS DA AGROECOLOGIA: agroecologia e feminismo no Vale da Ribeira. Produção de Armazém Memória e Helena Zelic. Vale da Ribeira: SOF Sempreviva Organização Feminista. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GG52oweD3e0&t=5s>>. Acesso em: 08/05/2018.

CARRASCO, Cristina. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012. 160 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, p.9-64. 2009.

CAVALLI, Guilherme. Congresso anti-indígena: 33 propostas, reunindo mais de 100 projetos, ameaçam direitos indígenas. Publicado em 13/10/2017. Disponível em: < <https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 15/10/2018.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil 2016. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2016. 232p. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0>>. Acesso em: 29/09/2018.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra. ARBAGE, Marcelo José Cunha. SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In.: CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; et al. (Orgs.). Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162428/1/Livro-Nordeste-1.pdf>>. Acesso em: 03/01/2018.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Marco referencial em agroecologia. Brasília: Embrapa, 2006. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/107364/marco-referencial-em-agroecologia>>. Acesso em 29/01/2018.

FEDERICI, Silvia. Wages against housework. In.: FEDERICI, Silvia. Revolution at point zero: housework, reproduction and feminist struggle. Oakland: PM Press, 2012. 15-22.

FEDERICI, Silvia; COX, Nicole. Counterplanning from the kitchen. In.: FEDERICI, Silvia. Revolution at point zero: housework, reproduction and feminist struggle. Oakland: PM Press, 2012. 28-40.

GLIESSMAN, Stephen. La agroecología - un movimiento global para la seguridad y la soberanía alimentaria. In: Agroecología para la seguridad alimentaria y

nutrición: actas del simposio internacional de la FAO. Roma: Organización de las naciones unidas para la alimentación y la agricultura. 2017. 1-14. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-i4729s.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In.: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. 65-87.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Regional do Brasil. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 08/01/2018.

IPAM - INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. A grilagem das terras públicas na Amazônia brasileira. Série Estudos 8. Brasília: MMA, 2006. 108p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009114114.pdf>. Acesso em: 29/09/2018.

LIMA, Juliana Schober Gonçalves. Segurança alimentar e nutricional: sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 49-50, 2017.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/04.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

MONTEIRO, Denis. LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flores e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In.: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. et. al (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017. 53-83.

NETO, Antônio Augusto Lopes et al. *Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia*. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* v. 12, n. 4, 2015. p. 42-47.

NOBRE, Miriam. Razões das mulheres para dizer não aos transgênicos. In.: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates*. SOF Sempre Viva Organização Feminista: São Paulo, 2005. 51-60.

PAULA, João Antonio de et al. Conhecimento e interesse em economia. *Revista estudos econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 559-595. 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35799>>. Acesso em: 15/10/2018.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337p.

PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 6, 1988. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_01.htm >. Acesso em: 15/10/2018.

ROCES, Irene García; MONTIEL, Marta Soler. Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil. *Investigaciones feministas*. Universidad Complutense de Madrid, vol. 1, pp. 43-65. 2010. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/38817002.pdf>>. Acesso em: 01/09/2018.

SÁ, Tatiana. D. A.; SILVA, Regina. O. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. In: VIEIRA, I. C.G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JÚNIOR, R. A. O. (Orgs.) *Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 379-401.

SANTOS, Amaury da S. dos et al. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. Porto Alegre: *Revista Brasileira de Agroecologia*, vol. 8 n. 2, pp. 100-111, 2013. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/12997/8899>>. Acesso em: 19/09/2019.

SHIKI, Shigeo. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In.: SAUER, Sérgio; B;ALESTRO, Moisés V. (Orgs.) *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 141-175.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. *Papers do NAEA*, n. 226, 2008. Disponível em: < <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/138>>. Acesso em: 04/05/2018.

SILVA, Cristiane Freitas da; PEREIRA, Tatiane da Silva; SOUSA, Airton Silva Jr. Conflitos agrários, violência e impunidade: a luta do campesinato paraense por justiça social. 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-04.pdf>>. Acesso em: 29/09/2018.

[\(andreia.anschau@gmail.com\)](mailto:andreia.anschau@gmail.com)

about the author

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.

[\(marcela.vecchione@gmail.com\)](mailto:marcela.vecchione@gmail.com)

about the author

Marcela Vecchione Goncalves é PhD em Ciencia Politica. E professora adjunta do Nucleo de Altos Estudos Amazonicos da Universidade Federal do Para e assessora o Grupo Carta de Belem. Marcela tambem faz parte da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

